



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL
CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS DE IGUALDADE RACIAL

1ª Reunião Extraordinária

Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial (CNPIR)

13 de dezembro de 2016

**BRASÍLIA-DF
2016**

1 Ao décimo terceiro dia de dezembro de dois mil e dezesseis, reuniu-se no Auditório da Secretária de
2 Planejamento e Formulação de Políticas da SEPPIR, SEP/ Quadra 514, Bloco C, Lote 8, Asa
3 Norte, Brasília/DF, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da Secretária de
4 Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – CNPIR/SEPPIR/PR, para
5 a sua primeira Reunião extraordinária do corrente ano com a participação dos seguintes
6 Conselheiros e Conselheiras representante de entidades da Sociedade Civil, **no biênio 2015 – 2016:**
7 **Adeildo Araújo Leite; (titular) – MNU; Arilson Ventura (titular) – CONAQ; Dandara**
8 **Tonantzin Silva Castro (titular) – ENEGRECER; Henoc Pinto Neves (titular) – Tikuna**
9 **Içaense; José Carlos Silva (titular) – CEDRO; Maria Aparecida de Matos (titular) – RAN;**
10 **Milton Santos (suplente) – Rede Afro LGBT; Nuno Coelho de Alcântara Júnior (titular) –**
11 **APN's; Patrícia Tolmasquim (titular) - CONIB; Ana Cristina dos Santos Duarte (suplente) –**
12 **UGT; Angela Cristina Santos Guimarães (titular) – UNEGRO; Antônio Carlos Basílio**
13 **(suplente) – INATES; Uiraci Matildes de Jesus (titular) – FMNM; Iêda Leal de Souza**
14 **(titular) – CUT; Ualiid Rabah(titular) FEPAL; Jorge Henrique do Nascimento (suplente) –**
15 **GALCUNE; Dandara Lucas Pinho – Notório Saber; Dra. Silvia Cerqueira – Notório Saber;**
16 **Kabergele Munanga – Notório Saber; Kátia Cristina Favilla (suplente) – MDS; Andrey**
17 **Roosevelt Chagas Lemos (titular) – MS; Claudio Luiz Pinheiro da Silva (suplente) – ME;**
18 **Daniela Ferreira Marques (titular) – MJ; Maria Auxiliadora Lopes (suplente) – MEC; Mauro**
19 **Oliveira Pires (suplente) MMA; Ana Karyna Barros Sobral (titular) MPOG; Claudia Lúcia**
20 **Oliveira Soares (suplente) – Ministério das Cidades; José Angelo de Carvalho Couto Neto**
21 **(suplente) – Casa Civil, Hélcio Eustáquio Rizzi (suplente) – FUNAI; João Mendes da Rocha**
22 **Neto (titular) – Secretaria de Governo; Leda Cardoso Pinto (suplente) - MCTIC. A Secretária**
23 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR Luislinda Valois. A
24 Presidente Luislinda Valois abriu os trabalhos e pediu para que os Conselheiros que não estavam
25 presentes na reunião anterior, se apresentassem para ela conhecer todo o grupo. A Secretária
26 Executiva Gabriela Cruz, fez a contagem dos presentes tendo quórum suficiente para iniciar os
27 trabalhos, com a leitura da seguinte ordem do dia: Parecer Jurídico quanto à consulta da SEPPIR em
28 relação ao processo eleitoral, parecer do processo do regimento interno do CNPIR, retomada do
29 projeto IV CONAPIR, Indicação dos nomes para compor a comissão organizadora da IV
30 CONAPIR, discussões sobre as comissões e grupos temáticos e assuntos gerais. A Presidente
31 Luislinda de Valois, abriu a discussão para que os Conselheiros pudessem incluir algum item na
32 pauta caso achassem relevante. O Conselheiro David Raimundo Santos – EDUCAFRO, fez um
33 acréscimo na pauta, dizendo que no período em que o conselho não se reuniu durante os seis meses,
34 lembrou que o Secretário Executivo do conselho Sr. Mario Rezende, ficou atuante, e fez várias
35 ações, sendo uma delas, o envio de carta pra todas as universidades querendo saber como elas

36 estavam averiguando a fraude, e também a Portaria do MEC, criando a inclusão do negro em
37 Programa de Mestrado e Doutorado, portanto o mesmo solicitou as respostas do encaminhamento
38 realizado pelo antigo Secretário Executivo. A Presidente do CNPIR Dra. Luislinda Valois, ponderou
39 que esta era uma reunião extraordinária, mas que na próxima reunião ordinária poderíamos dar um
40 retorno desta pesquisa.

41 A Presidente aproveitou o momento para anunciar, a parceria através do Termo de Execução Des-
42 centralizada com o Ministério das Relações Exteriores para Bolsas Diplomacia no Instituto Rio
43 Branco. Ressaltou, a importância desta Ação Afirmativas para o acesso dos Negros em função de
44 destaque.

45 A Presidente Luislinda identificou o Parecer nº 01768/2016 – CONJUR/MJ/CGU/AGU – NUP:
46 0800.051.124/2016-31, Interessado: Secretaria de Políticas de Promoção de Igualdade Racial –
47 SEPPIR, Assuntos: Administrativos, Ementa: Mandato dos Integrantes dos Conselheiros do Conse-
48 lho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR com Previsão no decreto: 4885 – de 20 de
49 novembro de 2003. Tendo o Parecer Jurídico: Apenas a hipótese de recondução a princípio por igual
50 período, recondução por período de verso carente de validade e eficácia.

51 A Secretária Executiva Gabriela Cruz leu o Parecer Jurídico da CONJUR, que foi juridicamente
52 viável a recondução, pelo prazo de dois anos dos mandatos das entidades da sociedade civil, de ca-
53 ráter Nacional, selecionados para comporem o Conselho de Promoção da Igualdade Racial nos ter-
54 mos do edital nº 4 de 29 de agosto de 2014.

55 A Presidente Luislinda Dias de Valois, pediu para abrir as inscrições para a manifestação do Colegi-
56 ado diante do Parecer Jurídico. A Presidente, disse que a opinião da SEPPIR, era uma opinião legal
57 e jurídica, sendo favorável a recondução de 2 anos por igual período, e não prorrogação em função
58 do prazo legal que não foi cumprido. A Conselheira Ubiraci Matildes – Fórum Nacional de Mulhe-
59 res Negras, manifestou-se parabenizou a Secretária Executiva pela Leitura, e ressaltou que agora tí-
60 nhamos um caminho a seguir, pois no momento foi superada a grande preocupação em que tinha na
61 última reunião pela Sociedade Civil. A Conselheira concordou com o que indicou o Parecer Jurídi-
62 co, e pediu para que o Pleno aprovasse na presente reunião o Parecer Jurídico com a recondução dos
63 dois anos, com o prazo de trinta dias para publicação no diário oficial a deliberação a ser realizada
64 pelo Pleno. Ubiraci parabenizou os juristas e também os diretórios responsáveis pela análise do pro-
65 cesso.

66 A Presidente Luislinda enfatizou a importância da publicação do ato, e pediu para daqui em diante
67 tivéssemos cuidado para obedecer as normas legais.

68 O Conselheiro Milton Santos – Rede Afro LGBT, disse que concordava com a Conselheira Ubiraci,
69 mas ressaltou algumas questões que não atentaram, que era de quais atas, e as deliberações do CN-

70 PIR que não foram publicadas nesses últimos dois anos, achando viável um levantamento. Ressal-
71 tou que o Conselho, passou por um período de transição turbulento e que não permitiu essa tal pu-
72 blicação.

73 O Conselheiro Nuno Coelho – APN’S, parabenizou a Consultoria Jurídica, e pediu para ficar claro
74 para Sociedade Civil, o que significava está recondução de dois anos. Ressaltou que segundo o regi-
75 mento interno, é uma recondução desta gestão, isto teria que ficar claro, que não implicaria na re-
76 condução do conselheiro na gestão seguinte, ou seja na gestão vindoura. Ressaltou que esta recon-
77 dução dos conselheiros para o igual período a partir então, de 2017 igual período 2019, significaria
78 que estes conselheiros que estão sendo reconduzido, não teriam assento no próximo pleno, enfati-
79 zou que em relação a isto, o parecer não deixava claro, apenas falou em recondução. Nuno Coelho
80 enfatizou que o regimento interno diz que conselheiro que disputa duas gestões, ele não pode na ter-
81 ceira, e que o parecer desta recondução precisaria ficar claro, pedindo que esta fala ficasse gravada.

82 O Conselheiro Ualiid Rabah, Federação Árabe Palestina do Brasil, que os compromissos assumidos
83 pelo governo foram instauraram uma confiança entre as partes, achando isso essencial para as rela-
84 ções entre governo e sociedade civil.

85 A Conselheira Patrícia Tolmasquim – CONIB, pontuou a participação de outras Entidades que po-
86 deriam contribuir com a construção da Política Pública, mas ressaltou esta questão atípica no CN-
87 PIR. Pediu para que ficasse registrado em ata, que estavam sendo reconduzidos em função de um
88 parecer jurídico, e em função da crise que o país passa. Patrícia pediu também, para resgatar a me-
89 mória do trabalho que este Conselho realizou que foi interrompida nos últimos seis meses, pela sua
90 não reunião regulamentar como prevista no regulamento.

91 Diante das considerações o Parecer Jurídico foi posto em votação, através de votação nominal.

92 A Secretária Executiva Gabriela Cruz, chamou todos os Conselheiros pelo nome, conforme a lista
93 de presenças e confirmou-se vinte e nove votantes, conforme o regimento e conforme o quórum es-
94 tabelecido, votos suficientes para aprovação da matéria que conforme o Parecer Jurídico da CON-
95 JUR de recondução do Pleno do Conselho do CNPIR por período de 02 anos. .

96 Após a votação os trabalhos foram suspensos e retomados no período da tarde.

97 O Senhor Juvenal Araújo Junior, na qualidade de Secretário Adjunto, abriu os trabalhos enquanto a
98 Presidente Luislinda Valois não havia chegado, passando assim a palavra para Secretária Executiva
99 Gabriela Cruz para andamento dos trabalhos.

100 A Secretária Gabriela, abriu a discussão para o segundo item da pauta que foi o Parecer sobre o
101 andamento do Regimento Interno do CNPIR. A secretária Executiva informou que recebeu, no dia
102 anterior, das mão da Conselheira Patricia Tolmasquim, a minuta do Regimento Interno. A Secretária
103 Gabriela falou ao Pleno que, realizou durante 10 dias uma procura do regimento no conselho
104 através dos arquivos do CNPIR, eu não encontrou nada. Relatou que, em contato com os dois

105 secretários executivos que a antecederam, eles falaram que o grupo de trabalho, elaborou essa
106 minuta, mas haviam ficado pendências a serem resolvidas. A Secretária ressaltou ao Conselho que
107 não houve registro em ata, que a minuta do regimento interno havia sido aprovada pelo Pleno.
108 Gabriela ressaltou que, talvez tenha sido uma falha de quem construiu a ata, de não ter colocado na
109 ata, que a minuta do regimento foi aprovada no pleno para dar prosseguimento à Consultoria
110 Jurídica da Casa Civil. Gabriela disse que, em contato com o Secretário Executivo Felipe, o mesmo
111 relatou que não houve um consenso, e que teve um item do regimento que não foi consensualizado,
112 sendo assim, precisava avançar nessa a discussão, de como ficaria a mesa diretora, ou seja, como
113 deveria ficar composta a mesa diretora. Diante da situação apresentada, a Secretária Executiva
114 propôs que fosse retomado o grupo de trabalho do Regimento Interno do CNPIR, com a
115 participação de Conselheiro Notório Saber e a participação de Conselheiros Governamentais para
116 dar paridade no grupo, a posteriormente dar conhecimento do conteúdo a nova gestão. A proposta
117 foi montar o Grupo de Trabalho, e instituí-lo através de Portaria, para finalizar os trabalhos para
118 enviar a SAJ na Casa Civil.

119 A Conselheira Patrícia Tolmasquim – CONIB, ressaltou que não é só o regimento, mas a proposta
120 também era de alteração do decreto, e que o critério do grupo de trabalho era articulação com a
121 gestão anterior e não ter paridade.

122 A Conselheira Ubiraci Matildes do Fórum Nacional de Mulheres Negras, ressaltou que neste
123 conselho, em relação ao Grupo de Trabalho Regimento e do Decreto, acrescentou que com a
124 recondução legitimada, não via problemas com a tradição da paridade na construção do GT com a
125 participação do governo. Ubiraci ressaltou que o GT não vota, ele entra no consenso e qualquer
126 divergência do GT, ele traz exatamente para o pleno, e é colocado em vermelho os pontos a serem
127 discutidos no pleno, lembrando a importância de publicizar a criação do GT, por deliberação do
128 Pleno.

129 Após as considerações foram apresentados os membros da sociedade civil que faziam parte do
130 grupo de trabalho do regimento interno, e incluso os membros do governo e notório saber.
131 Aprovada a composição, a data para reunião dos membros que compõem o GT Regimento e
132 Decreto, ficou estabelecida para 25 e 26 de fevereiro.

133 Diante disso, a próxima pauta a ser discutida foi a retomada do projeto da IV CONAPIR. A
134 Secretária Executiva Gabriela Cruz, leu um extrato da última reunião ordinária, e neste extrato da
135 55ª Reunião Ordinária do CNPIR, foi já indicada uma comissão formada para elaboração do
136 Regimento. A secretária Gabriela, lembrou a importância de retomar esta pauta, tendo em vista os
137 prazos reduzidos para a realização das conferências livres, municipais e estaduais. Salientou que
138 seria importante a formação desta comissão para elaboração do regimento interno da IV CONAPIR.
139 A secretária Gabriela, leu os nomes de cada membro escolhido anteriormente para participar da
140 Comissão, e tendo em vista a saída de alguns membros, foi necessário escolher os novos membros
141 da comissão com a participação dos conselheiros governamentais.

142 A Conselheira Ubiraci Matildes – Fórum de Mulheres Negras, ressaltou que, pela sua experiência

143 de coordenação em conferências, quem elege a comissão que faz a relatoria, é a comissão
144 organizadora. E enfatizou que na presente reunião teríamos que desenhar a comissão organizadora e
145 a comissão organizadora discutir, as comissões de trabalho. Enfatizou a importância da escolha da
146 Comissão Organizadora para prosseguir com as demais comissões.

147 A Conselheira Patricia Tolmasquim, CONIB, ressaltou a fala da Conselheira Ubiraci, dizendo que a
148 conferência já havia começado, pois a mesma começa a partir da publicação do edital, e por isso foi
149 favorável a formação da Comissão Organizadora.

150 A Conselheira Ubiraci Matildes – FNMN, tendo avaliado que os Conselheiros estavam a favor a
151 formação da Comissão Organizadora, pediu que fosse desenhado como seria o formato da mesma.

152 A Conselheira Ângela Guimarães – UNEGRO, foi de acordo com a formação da Comissão
153 Organizadora, e questionou, a Secretaria Especial sobre o ponto retomada do projeto IV CONAPIR.
154 Ressaltou que tinha questionamentos sobre, equipe técnica que vai dar suporte a conferência, os
155 recursos disponíveis, a política de comunicação, o documento de balanço entendendo que o Projeto
156 da IV CONAPIR era muito amplo. Pediu para que a SEPPIR pudesse apresentar este Projeto, para
157 que todos pudessem ter a clareza da atual situação.

158 O Assessor Especial Juvenal Araújo – SEPPIR, falou sobre o projeto da IV CONAPIR, tendo o
159 entendimento, do prazo curto da comissão para elaboração do regimento da conferência. Sugeriu
160 que a Comissão do regimento pudesse ser escolhida, para que pudesse debruçar-se no regimento
161 logo em janeiro, e após aprovar o regimento para nortear toda a conferência. Juvenal Araújo
162 ressaltou a importância de criar a comissão organizadora na presente reunião, para depois criar as
163 outras comissões, e delinear todo o Projeto da IV CONAPIR.

164 A Conselheira Ubiraci Matildes – FNMN, ressaltou a importância de publicar o regimento ainda
165 em janeiro, falou que em conversa enquanto movimento social, seria possível fechar a composição
166 da comissão organizadora. Enfatizou a autonomia do governo, e propôs, no sentido de todos
167 pensarem que poderiam mudar, ajustar tendo em vista que a responsabilidade de chamar a
168 conferência é do conselho. A Conselheira Ubiraci ainda propôs que a comissão organizadora fosse o
169 próprio conselho, e que o conselho, se subdividisse, em comissões temáticas, regimento,
170 comunicação, finanças pra poder trabalhar a questão que Ângela colocou, que é a questão do
171 Projeto da Conferência. A Conselheira Ubiraci, ressaltou que quem tem que fazer o projeto da
172 Conferência é a comissão organizadora a mesma disse que seria importante escolher os membros
173 das comissões respeitando a paridade, dando como exemplo a participação dos ciganos, os
174 quilombolas, os judeus, os trabalhadores e as trabalhadoras, as mulheres, os palestinos, os
175 pesquisadores, para união de todas estas capacidades.

176 A Conselheira Ângela Guimarães – UNEGRO, pediu para que na próxima reunião em janeiro, a
177 SEPPIR aponte, sabendo por exemplo que em janeiro não tem orçamento aprovado e definidos
178 ainda por quanto, dependendo dos cortes, qual seria a proposta para conferência, e qual a proposta
179 de equipe técnica. A Conselheira ressaltou que foi no site da SEPPIR, e nem todos os cargos estão
180 nomeados. Perguntou se seria as quatro pessoas que estavam na mesa diretora que dariam conta de
181 executar toda a conferência. Ângela enfatizou que o projeto da IV CONAPIR, é muito mais amplo
182 que simplesmente a composição e distribuição de tarefas entre os Conselheiros.

183 A Presidente Luislinda de Valois respondeu que a problemática dos cargos era muito séria e que
184 Também prismava pelo critério de qualificação para escolha dos profissionais.

185 O Conselheiro Nuno Coelho – APN’S sugeriu que pudéssemos seguir o modelo do Projeto da III
186 CONAPIR, para nortear o atual Projeto.

187 A proposta de retomada do Projeto foi encerrada, pois a Secretária Luislinda disse que apresentaria
188 a proposta. Logo então, passamos para indicação dos nomes para compor a IV CONAPIR.

189 A Conselheira Ângela pediu uma questão de ordem, pois entendeu que no ponto de retomada do
190 projeto, precederia a comissão do regimento, entendendo que havia uma proposta a ser
191 encaminhada pela mesa.

192 Diante da fala da Conselheira Ubiraci Matildes - FNMN, que apresentou a proposta objetiva no
193 item que tratou a comissão organizadora da IV Conferência, que fosse o próprio pleno do conselho
194 sem nenhuma contraposição, pedindo a homologação de sua proposta, o Conselheiro da Casa Civil
195 senhor José Angelo da Casa Civil manifestou-se.

196 José Ângelo disse que Pleno é composto de todos os conselheiros governamentais, sociedade civil e
197 notório saber, como existia, muitos conselheiros que não estão presentes, sugeriu que a proposta não
198 fosse exatamente o pleno do conselho, mas uma comissão análoga ao pleno, com quem tivesse
199 presente para aceitar, e não se decidir por quem estava ausente, por que isso dependia da
200 disponibilidade de participação das pessoas para ser o Pleno todo a Comissão Organizadora.

201 Diante de alguns questionamentos, a Presidente Luislinda acatou a proposta da Conselheira Ubiraci
202 e colocou em votação.

203 O Assessor Especial Juvenal Araújo deixou claro que na última CONAPIR, tinha números exatos,
204 fora a Presidente e a Secretária Executiva, eram sete membros governamentais e sete membros não
205 governamentais, e o que estava sendo proposto, seria a mudança disso, como algo diferente das
206 outras conferências. A Conselheira Daniela – MJ, ressaltou a importância, de se levar em conta as
207 comissões das conferências anteriores que eram de 14 membros, e disse que a proposta teria que ser
208 levada para votação, com análise sobre a deliberação. A Conselheira ainda ressaltou a devida
209 atenção para a obrigação regimental, e a importância de se levar em conta a disponibilidade dos
210 conselheiros para assumir tal atribuição e função organizadora.

211 A Conselheira Katia Favilla, do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, baseada em suas
212 experiências com conferências anteriores, teve uma preocupação com a questão do gasto em relação
213 ao projeto e com as reuniões do pleno como comissão organizadora.

214 O Conselheiro Mauro Pires, Ministério do Meio Ambiente, ressaltou a sua preocupação em
215 transformar a comissão organizadora no pleno do conselho, ressaltando que ficaríamos sem uma
216 instância que poderia servir de referência.

217 A Conselheira Ieda Leal – CUT com a palavra, ressaltou que objetivamente que a coordenação
218 executiva, faria o trabalho para dar suporte a comissão organizadora.

219 A Conselheira Notório Saber – Dra. Silvia Cerqueira, disse que no ponto de vista técnico jurídico
220 inviabiliza essa composição na medida em que quando houver algum tipo de divergência, algum
221 tipo de conflito, no encaminhamento da própria conferência, não teria ninguém, ou melhor não teria
222 um órgão acima que viesse dirimir esse conflito. Ressaltou a importância de analisar a questão na

223 perspectiva jurídica, exemplificando a existência do regimento interno e da legislação do Conselho,
224 a conselheira ainda ressaltou a legitimidade do Conselho conforme o decreto.

225 O Secretário Adjunto Sr. Juvenal Araújo – SEPPPIR, ressaltou sua preocupação com a nova proposta
226 de estrutura da conferência, sem previsão orçamentária, afirmando que a busca por recursos foi o
227 primeiro passo da SEPPPIR, e por isso sua preocupação em fazer algo que seja inviável.

228 Após algumas ponderações, o pleno votou nominal e por maioria, com 20 votos a favor e 04 contra
229 para que na presente data fosse votada a proposta de escolha da comissão organizadora.

230 A Proposta da Conselheira Ubiraci – FNMN, em transformar o pleno em comissão organizadora da
231 IV CONAPIR, foi posta em votação, e foram 22 votos a favor e 02 votos contra, portanto foi
232 aprovada a proposta da conselheira Ubiraci. Após a votação, a reunião do dia 14 foi encerrada pela
233 Presidente Luislinda retomando os trabalhos no dia seguinte.

234 No dia 14 de dezembro, a Presidente abriu os trabalhos, com a verificação do quorum suficiente
235 para o início dos trabalhos. A Presidente Luislinda com a palavra, apresentou a proposta de criar um
236 grupo de trabalho para elaboração do regimento interno da IV CONAPIR, enfatizou que somente a
237 partir da existência deste documento legal lógico, que nós poderíamos deslançar com o nosso
238 objetivo que é a realização da IV CONAPIR.

239 Após a apresentação da proposta, a Secretária Executiva Gabriela Cruz, ressaltou que havia uma
240 comissão formada, e que alguns membros desta comissão não estavam mais no Conselho, e que
241 deveríamos escolher novamente esse grupo, com a participação de conselheiros governamentais.
242 Gabriela Cruz ressaltou que não poderíamos avançar, sem a construção desse regimento que é o
243 documento norteador, e também o documento que respaldará toda a construção da quarta
244 Conferência. Ressaltou que no início dos trabalhos foi distribuído o decreto, e que o decreto deixava
245 claro a necessidade do regimento como um documento legal e norteador para o processo
246 conferencial. A secretária pontuou a importância de escolher as comissões, as subcomissões, e que
247 devido aos prazos e etapas a serem cumpridas, o momento era de retomada do grupo de trabalho
248 com data definida para reunir o grupo. A Conselheira Ubiraci Matildes de Jesus – FNMN, enfatizou
249 que compreendendo a preocupação da mesa diretora, sendo também a preocupação da sociedade
250 civil nesse atual período da manhã, disse que tinham os nomes já preparados para compor a
251 comissão de regimento. Pediu como encaminhamento para a Secretária Executiva, otimizar o
252 trabalho feito pela sociedade civil, que é a escolha dos nomes para compor a comissão do
253 regimento, e também escolher os nomes para o elenco das comissões temáticas e das subcomissões,
254 Ubiraci disse que seria importante sair com o regimento pronto da reunião, e pediu para deixar
255 registrado em ata, o atraso do início dos trabalhos, ressaltou a importância de obedecer o horário pré
256 estabelecido, para ganhar tempo e cumprir as metas do período. A conselheira Ubiraci encaminhou
257 uma proposta para que a Conselheira Dandara, apresentasse a composição de todas as
258 subcomissões, e disse que a partir daí, automaticamente poderia se aprovar, para com o trabalho do
259 grupo construir o regimento interno da conferência.

260 O Conselheiro Nuno Coelho – APN'S, falou que de acordo com o decreto, o regimento da
261 conferência, tem que ser aprovado pelo do conselho, e sugeriu conseguir e aprovar esse regimento
262 na primeira reunião ordinária próxima, em fevereiro. Ressaltou que segundo nosso calendário seria

263 importante que essa comissão fosse de fato instalada, e que a comissão pudesse trabalhar o mês de
264 janeiro, pra trazerem em fevereiro os trabalhos ao pleno, e o pleno aprovar o regimento interno,
265 sendo que isso comungaria com o decreto. O Conselheiro Nuno, deu a ideia de pegar os arquivos da
266 III CONAPIR, e trabalhar em cima do que já existe.

267 O Conselheiro Hércio Rizzi – FUNAI, disse que recentemente, haviam realizado a conferência
268 Nacional de Política Indigenista, e ressaltou que em sua análise, o decreto tratava, de três
269 momentos, a primeira das conferências livres, as conferências distritais e estaduais, realizando um
270 processo que culminaria com a conferência nacional. Falou que na Conferência Indígena, foi tirada
271 uma comissão que ficou responsável, pela elaboração do regimento interno, e o regimento não foi
272 bem elaborado, e isso teve impacto na realização do processo conferencial. Hércio ressaltou que o
273 regimento bem elaborado e aprovado no conselho como bem diz no decreto, era fundamental para
274 ter êxito na realização das conferências, e para nortear a comissão organizadora, pois ela trabalha,
275 exatamente com o regimento interno, pra que as comissões específicas tenham seu papel ao longo
276 desse processo. O Conselheiro enfatizou que a comissão organizadora é a instância maior, mas deve
277 seguir o regimento interno, e que para isso seria importante primeiramente termos a
278 responsabilidade de elaborar o regimento e submetê-lo ao pleno.

279 A Presidente Luislinda concordou com as colocações do Conselheiro e ressaltou que a proposta, da
280 mesa era de votar a proposta do Grupo de Trabalho, entendendo que sem o regimento não teríamos
281 como avançar, pois tratava-se de uma norma legal.

282 A Conselheira Ubiraci Matildes – FNMN, falou da existência da ata, e falou da compreensão da
283 necessidade do grupo, concordou que se mantenha o que já estava na ata, e que se trocaria o nome
284 GT por Comissão, assim obedecendo o que já estava escrito na ata anterior, acrescentando, os
285 nomes novos e inclusive substituir as pessoas que não estão mais no conselho, que seria a Nilma e o
286 Rodger, porque ele não estava presente, substituindo-o por Ualid, que estava presente, e é titular.

287 Juvenal Araújo ressaltou a importância de dar paridade nas comissões formadas, com a participação
288 do governo e notório saberes.

289 A Conselheira Patricia Tolmasquim, pediu para fazer uma observação, que quando na 55ª reunião
290 do pleno, quando eu pleiteou uma vaga para comunidade judaica, e foi dito que não poderiam
291 participar porque já estavam na comissão do GT de regimento, e dado esse impedimento, pediu a
292 representação dos demais seguimentos, então pediu para incluir a comunidade judaica e os ciganos.

293 A Conselheira Ubiraci Matildes – FMN, disse que o companheiro Adeildo do MNU, abriu mão
294 para que a conselheira Patricia, participasse da comissão de regimento.

295 A Presidente Luislinda, perguntou sobre a participação dos ciganos.

296 O Conselheiro Carlos Calon – CEDRO, disse que estavam na reunião anterior, e manifestou o
297 desejo de participar, e disse que já havia tido situações o qual teve que entrar mudo e sair calado,
298 devido à dificuldade de dialogar com os membros do conselho.

299 Em conversa com a Conselheira Ubiraci, o povo cigano, ficou representado na Coordenação
300 Executiva.

301 Após consenso do pleno de que primeiramente, retomássemos a comissão de regimento para
302 elaboração do Regimento interno da IV CONAPIR, a Secretária Executiva Gabriela Cruz e a

303 Presidente Luislinda, realizaram encaminhamento para que o os nomes dos membros da comissão
304 do regimento fossem definidos no pleno, para realizar os encaminhamentos pertinentes para a
305 publicação da deliberação. Definido os nomes dos integrantes da sociedade civil e governo, para a
306 Comissão de regimento da IV CONAPIR, ficou definido que na mesma data 25 e 26 de janeiro, o
307 Grupo de Trabalho do Regimento Interno do CNPIR, também se reunisse.

308 O Conselheiro Arilsson Ventura – CONAQ, ressaltou a importância de atentar em relação a questão
309 de datas, porque o decreto deixava claro que as conferências livres, seriam realizadas até três de
310 abril, e que deveríamos dar celeridade no processo para aprovação do pleno, antes desta data. A
311 Presidente Luislinda ressaltou sua preocupação com as datas, mas deixou claro que, tudo deveria
312 passar pelo cunho jurídico, e que os fluxos e os prazos que a assessoria jurídica determinava seriam
313 respeitados.

314 A Conselheira Patrícia, solicitou que o material fosse enviado por e-mail, com antecedência a
315 reunião dos grupos para que pudessem estudar e trazer as contribuições necessárias em função da
316 celeridade do processo.

317 A Presidente Luislinda, realizou o encaminhamento para que, pudessem deixar marcada a reunião
318 da próxima reunião ordinária, para dar continuidade e celeridade nos encaminhamentos realizados,
319 e sugeriu a data do dia 08 e 09 de fevereiro. Após algumas ponderações dos conselheiros em relação
320 a agenda de compromissos, ficou decidido a data da reunião pelo colegiado, para o dia 08 e 09 de
321 fevereiro. A Conselheira Ângela da UNEGRO pediu para que a Conselheira Dandara apresentasse
322 proposta dos membros das comissões da sociedade civil. Juvenal Araújo – SEPIR, ressaltou que
323 seria somente uma sugestão, para que quando o regimento ficasse pronto e aprovado se definisse
324 todas as participações dos membros de forma paritária.

325 A Conselheira Dandara apresentou a proposta da sociedade civil é que a comissão organizadora se
326 organizasse, a partir de uma comissão executiva, e 5 subcomissões sendo a comissão composta, de
327 forma paritária sendo no máximo, composta por 10 pessoas, 5 da sociedade civil, e 5 do governo.
328 Ressaltou que o que definiria a quantidade dos membros da comissão, é o regimento que a
329 comissão, vai elaborar. Dandara apresenta uma proposta: “Já é indicação da sociedade civil para
330 estas comissões, é o Carlos Calon: Que representa o Cedro, Maria Aparecida: Rede Amazônia
331 Negra, Adeildo do MNU, Arilson da Conaq e Dândara do Enegrescer. A primeira subcomissão
332 sobre metodologia e temática e relatoria, que é a comissão composta por: Jorge Henrique
333 Nascimento, que é um Conselheiro suplente do Galpão da Cultura Negra, Angêla Guimarães da
334 Unegro, Ualid da Fepal e Nuno dos Apn's.

335 A subcomissão de comunicação que é composta por: Abraham Goldstein e Frei David da Educafro.
336 Então, logística e finanças ficou: Antônio Carlos do Inates, Arilson da Conaq.

337 Articulação e mobilização: Henoc, Rodger da Une, Milton Santos da Rede Afro LGBT, Iêda da Cut,
338 e Nuno que é das Apn's, e aí também tem a comissão de regimento, que a gente já aprovou e
339 acredita que é uma comissão permanente da comissão organizadora. Então ficaria uma comissão
340 executiva e 5 subcomissões”.

341 Definido a sugestão dos nomes da Sociedade Civil, e o acordo em aguardar a aprovação do
342 regimento, encaminhou-se o encerramento da reunião.

343 A Presidente Luislinda Valois, pediu desculpas, pelos tencionamentos e desejou a todos um Bom
344 Natal, e um Ano Novo com muita galhardia, com muita união em casa, e união no Conselho de
345 Promoção da Igualdade Racial. ,
346